

digital

2015 NÚMERO ESPECIAL

CADERNOS
DE

PEDAGOGIA SOCIAL

Hospitalidade, Educação e Turismo

Isabel Baptista

coordenação



PORTO



Revista *Cadernos de Pedagogia Social*

2015 Número Especial

Apresentação A Revista *Cadernos de Pedagogia Social* é uma publicação anual da Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa, dedicada à divulgação científica no âmbito das ciências da educação - Pedagogia Social, designadamente através de artigos originais, revisões bibliográficas, relatórios e resenhas.

Esta revista é publicada desde 2007 em papel, passando, a partir de 2014, a ser publicada em formato eletrónico.

A Revista *Cadernos de Pedagogia Social* está comprometida com a adoção de critérios editoriais de elevada exigência ética, em conformidade com os princípios e as diretrizes do COPE (Committee on Publication Ethics).

Âmbito e objetivos

Constituem objetivos fundamentais da Revista *Cadernos de Pedagogia Social*:

- Contribuir para a consolidação de uma cultura académica e científica no domínio da Pedagogia Social.
- Promover a cooperação científica entre investigadores, entre instituições e entre centros de investigação, nacionais e internacionais.
- Aprofundar a relação entre a teoria e a prática, estreitando laços entre investigadores e profissionais.

Propriedade Universidade Católica Editora, SA

Edição Faculdade de Educação e Psicologia (FEP) e Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano (CEDH)

Depósito legal 209818/04

ISSN (online): 2186-4614

Contactos	Universidade Católica Portuguesa – Porto (<i>Campus Foz</i>) Rua Diogo Botelho 1327, 4169-005 Tel.: 22 619 62 00 / Fax: 22 619 62 91
Conselho de Edição	Diretora: Isabel Baptista – UCP (ibaptista@porto.ucp.pt) Assessora de Edição: Cristina Palmeirão - UCP (cpalmeirao@porto.ucp.pt)
Conselho Assessor	Adalberto Dias de Carvalho (Universidade do Porto); Adérito Barbosa (UCP); Américo Peres (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro); Cristina Palmeirão (UCP); Fernando Canastra (Universidade Católica de Moçambique); José António Caride Gómez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha); Maria João Couto (Universidade do Porto); Rosanna Barros (Universidade do Algarve); Roberto Silva (USP, São Paulo, Brasil); Sarah Banks (Durham University, UK).
Comité Científico	Adalberto Dias de Carvalho (Universidade do Porto); António Fonseca (UCP), Américo Peres (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro); Dalija Snieskiene (Vytauto Didziojo Universitetas, Kaunas, Lituânia); Emmanuel Oliveira Medeiros (Universidade dos Açores); Isabel Baptista (UCP); Glória Pérez Serrano (UNED, Madrid); José António Caride Gómez (Universidade de Santiago de Compostela, Espanha); Joaquim Azevedo (UCP); José Matias Alves (UCP); Maria do Rosário Rolfsen Salles (UAM, São Paulo, Brasil); Maria João Couto (Universidade do Porto); Marielys Siqueira Bueno (UAM; São Paulo, Brasil); Paula Cristina Pereira (Universidade do Porto); Roberto Carneiro (UCP); Roberto Silva (USP, São Paulo, Brasil); Sarah Banks (Durham University, UK), Sênia Bastos (UAM, São Paulo, Brasil).

Toda a correspondência destinada à revista, incluindo pedidos de assinatura, pagamentos e alterações de endereço deve ser dirigida a: Isabel Baptista (ibaptista@porto.ucp.pt); UCP | Rua Diogo Botelho n.º 1327, 4169-005 Porto

<i>Apresentação</i> <i>Isabel Baptista</i>	· 05 ·
<i>Os Novos Parâmetros Antropológicos da Ética de Hospitalidade</i> <i>Adalberto Dias de Carvalho</i>	· 07 ·
<i>Hospitalidade e Subjetividade - Identidades Tecidas na Contingência</i> <i>Maria João Couto</i>	· 17 ·
<i>Dom – Sistema de Relações Entre Pessoas</i> <i>Gastão Ribeiro Pereira Veloso; José Luís Gonçalves</i>	· 25 ·
<i>O Papel da Dádiva no Teatro da Economia – o Significado Antropológico do Presente</i> <i>Henrique Gomes de Araújo</i>	· 35 ·
<i>Pedagogia da Hospitalidade: Da Formação à Atuação Profissional em Turismo</i> <i>Márcia Maria Capellano dos Santos; Olga Araújo Perazzolo; Siloe Pereira; Ana Carolina Rodrigues Melo de Oliveira</i>	· 52 ·
<i>Do Ensino à Aprendizagem: O Desafio da Sala de Aula pela Visão da Hospitalidade</i> <i>Airton Cavenaghi / Karin Decker / Roberta Leme Sogayar/ Roseane Barcelo Marques / Thais da Silva Funcia</i>	· 73 ·
<i>Comunidades: Geração Espontânea ou Esforço Conjunto</i> <i>Elisabeth Kyoko Wada</i>	· 90 ·
<i>Héstia & Hermes – Pesquisa e Reflexões sobre o Simbólico e a Hospitalidade</i> <i>Celia Maria de Moraes Dias; Iara Maria da Silva Moya</i>	· 99 ·
<i>Acolhida e Hospitalidade na Cidade: o Caso do Centro Pastoral do Migrante em São Paulo</i> <i>Maria do Rosário Rolfsen Salles; Marielys Siqueira Bueno; Sênia Regina Bastos</i>	· 118 ·
<i>Hospitalidade e Franciscanismo no Brasil: Turismo Voluntário na Sede da Província Franciscana de Imaculada Conceição, São Paulo</i> <i>Renê Corrêa do Nascimento; Mirian Rejowski</i>	· 136 ·
<i>A Hospitalidade na Perspetiva da Cidade Contemporânea</i> <i>Lúcio Grinover</i>	· 162 ·

DOM – SISTEMA DE RELAÇÕES ENTRE PESSOAS

Gastão Ribeiro Pereira Veloso¹

José Luís Gonçalves²

Resumo: Adotando uma concepção de dom de inspiração maussiana, isto é, compreendendo a experiência de dádiva como uma relação de troca simbólica que tem a sua razão de ser na abertura ao outro, este texto reflete sobre a forma como esse tipo de relação se traduz na criação de vínculo social e influencia a forma como se pensa a sociabilidade. No essencial, entende-se que a complexidade da relação de dom não se deixa sucumbir por explicações lógicas que reduzem a realidade social a um universo apreendido por regras. O dom não pode ser explicado por uma lógica de reciprocidade autorreferencial que transcende os gestos concretos entre os autores da relação.

Palavras-chave: *Dom*, Alteridade, Reconhecimento, Gratidão

Abstract: Summary: Adopting a conception of maussiana inspired gift , that is , understanding the gift of experience as a symbolic exchange relationship that has its reason for being in openness to the other , this text reflects on how this type of relationship translates the creation of social ties and influences the way one thinks sociability . Essentially, it is understood that the complexity of the gift relationship does not let succumb to logical explanations that reduce the social reality to a universe

¹ Mestre em Pedagogia Social, FEP-UCP.

² Diretor da Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, Porto. Membro do Gabinete de Filosofia de Educação da FLUP. Docente do Mestrado em Pedagogia Social (FEP-UCP).

apprehended by rules. The gift cannot be explained by a self-referential logic of reciprocity that transcends the concrete gestures between the authors of the relationship.

Keywords: *Dom*, Otherness, Recognition, Gratitude

Introdução

Segundo o MAUSS – *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales* - o dom constitui um verdadeiro paradigma nas ciências sociais, com uma decisiva importância socioantropológica, ética e filosófica. Tudo procede de uma assimetria fundamental: dar e receber constitui o modo como a vida humana se estrutura e representa a própria condição da vida. Por isso, o dom constitui um verdadeiro sistema de relações pessoa a pessoa, uma relação de troca simbólica que tem a sua razão de ser na abertura ao outro e na esperança de uma resposta. O que circula no dom é considerado “desvio”, “causa acessória” com um objetivo preciso: a criação e manutenção do laço social.

Na relação de dom ocorre a experiência do reconhecimento mútuo, baseada nas mediações simbólicas estabelecidas intersubjetivamente. Na base desta relação encontra-se uma assimetria originária garante da preservação da alteridade e do dom.

Generosidade, gratuidade e gratidão constituem a estrutura do dom, caracterizando-o como uma noção ética diferente da noção económica de troca.

Na sua complexidade e interioridade, o dom permite redescobrir as noções de intersubjetividade, de vínculo social e de sociabilidade que estão no âmago da ciência e filosofia da ação que denominamos de Pedagogia Social.

Dom – Sistema de relações *entre* pessoas

Desde a publicação da obra *L'Essai sur le don* de Marcel Mauss até aos nossos dias, que o fenómeno do dom não deixou de ser objeto de viva reflexão e suscitou uma pluralidade de escritos entre antropólogos, sociólogos e filósofos. As razões deste interesse são múltiplas, mas duas devem ser destacadas: a preocupação de explicar a constituição do vínculo social - sem ceder às aporias das metodologias individualista e

holísticas dominantes – numa sociedade marcada pela individualização; a urgência de refletir sobre uma prática social onde se manifesta a dimensão ética da condição humana, suscitando um novo alento e vigor ao questionamento ético. Na sua complexidade e interioridade, a relação de dom permite redescobrir as noções de intersubjetividade, de vínculo social e de sociabilidade que estão no âmago da Pedagogia Social, enquanto ciência e filosofia da ação.

1. Dom e laço social

Vários autores (muitos deles identificados com o MAUSS – *Mouvement Anti-Utilitariste dans les Sciences Sociales*) defendem que o dom constitui um verdadeiro paradigma nas ciências sociais, evidenciando a sua importância positiva e normativa, sócio–antropológica, ética e filosófica.

Por dom entende-se toda a ação ou prestação efetuada sem expectativa, garantia ou certeza de retorno, o que significa que o dom comporta uma dimensão de gratuidade. Por outro lado, essa ação ou prestação tem em vista um objetivo preciso: a criação, manutenção ou regeneração do vínculo social, pelo que na relação de dom o laço social é mais importante do que aquilo que circula como bem ou “objeto”.

Marcel Mauss descobriu que o dom, na sua tríplice obrigação de dar, receber e retribuir, constituiu o fundamento socioantropológico, sobre o qual foram edificadas as sociedades antigas. Porém, o dom é tão antigo quanto contemporâneo e tudo procede, ontem como hoje, de uma assimetria fundamental. Dar e receber constitui o modo como a vida humana se estrutura: a partir do leite dado pela mãe e recebido pela criança, a vida tece-se através de gestos, palavras e sentimentos que continuamente se dão e se recebem. O dom representa, pois, a própria condição da vida e encerra, em si mesmo, um enigma: por que motivo fazemos dádivas? Por que motivo retribuímos?

Muitos autores (Marcel Mauss, Claude Lévi-Strauss, Alvin Gouldner e outros) focalizaram a sua reflexão na estranha obrigação de retribuir. Alvin Gouldner (1960), por exemplo, sugeriu a existência de uma *norma de reciprocidade* com carácter universal. As pessoas dão porque sabem que haverá sempre retribuição. Estabelece-se um automatismo na relação social: dar significa a “abertura” da relação, enquanto retribuir estabelece a “normalização” dessa interação. Ora, explicar o dom nestes termos implica a existência, de antemão, de um vínculo social, quando é exatamente esse

vínculo que deverá ser explicado. Tanto mais quando o individualismo metodológico, paradigma dominante nos nossos dias, põe exatamente em relevo a questão da improbabilidade do vínculo social.

A complexidade da relação de dom não se deixa sucumbir por explicações lógicas que reduzem a realidade social a um universo apreendido por regras. O dom não pode ser explicado por uma lógica de reciprocidade autorreferencial que transcende os gestos concretos entre os autores da relação. O dom é propriamente relacional e constitui um sistema de relações de pessoa a pessoa. Deste modo, a reflexão sobre o dom deve por em evidência a “intenção imanente aos comportamentos” (Claude Lefort), a “mutualidade do dom” (na expressão de Paul Ricoeur para referir as trocas que ocorrem *entre* os indivíduos e a forma de reconhecimento simbólico imanente às relações interpessoais), procurando os fundamentos positivos e normativos imanentes à própria ação. E nesse exato sentido a reflexão poderá constituir-se uma filosofia da praxis no seio da pedagogia social.

Definimos o dom como toda a ação ou prestação efetuada sem expectativa, garantia ou certeza de retorno com o objetivo de criar ou manter o vínculo social. Esta afirmação põe em evidência a “natureza” da forma social instaurada pelo dom. A “coisa” dada pode ser objeto de um interesse (utilitário ou outro) ou ser apenas um “desvio”, uma “causa acessória” (Georg Simmel). No dom o que circula tem esse “carácter acessório”, uma vez que as partes não visam o objeto mas, pelo contrário, servem-se dele para construir a relação, o vínculo, a amizade. Por isso, a relação de dom não é uma relação económica, utilitarista (o que não significa que não tenha utilidade), mas uma *relação de troca simbólica* (troca-para-o-vínculo), ou seja, uma relação *propriamente ética* que tem a sua razão de ser na abertura ao outro e na esperança de uma resposta.

O que circula no dom, mais do que um valor de troca ou de uso, tem um *valor de vínculo ou valor de laço*, isto é, um *valor simbólico* que escapa ao cálculo, embora ele possa existir, enriquece o laço social e transforma os protagonistas. Dons e símbolos tornam-se coextensivos, o mesmo será dizer que não há dom a não ser daquilo que excede, por sua dimensão simbólica, o uso utilitário e funcional dos bens e serviços. (Caillé, 2002). A troca simbólica revela-nos que não somos objetos. Numa relação de dom, os sujeitos estão comprometidos entre si e com a relação que constroem mutuamente. O que circula no dom carrega um elemento pessoal, de certa forma uma

parte do eu. Todo o dom, termina pois sendo um dom de si que ultrapassa o mero valor de troca ou de uso.

Claude Lefort, ao colocar a ênfase “na intenção imanente aos comportamentos”, nomeadamente no gesto de dar e no sentido que os protagonistas do dom estabelecem por intermédio desse gesto, considera o dom como o ato através do qual o sujeito conquista a sua subjetividade, revelando-se para o homem e pelo homem.³ Na realidade, a ideia de que o dom possa ser retribuído pressupõe que outrem é um outro eu que pode agir como eu; e este gesto de retorno confirma a verdade do próprio gesto do eu e a sua subjetividade. O ato de dar cria relação porque tanto é fazer o outro dependente de si como fazer-se dependente do outro ao aceitar que ele retribua. O doador convida, provoca o donatário, não tanto a dar uma contrapartida, como a ocupar a sua posição de doador. Deste modo, dar para que o outro dê não é equivalente a dar para receber.

A prática do dom constitui uma *forma* através da qual os sujeitos tomam consciência da sua subjetividade. Aldo Haesler (2002), baseando-se no pensamento de Georg. Simmel, afirma que o ser humano tem a capacidade de se apoderar reflexivamente de uma *forma* para estabelecer uma relação com o que lhe é exterior. Esta forma é o dom. Se damos e há retribuição, o outro será um homem ou um amigo; se damos e nada é retribuído, o outro será estrangeiro, exterioridade. Assim, o dom constitui um procedimento de exteriorização, pelo qual o ser humano “produz uma coisa” que permitirá, ao mesmo tempo, a partilha e a união com o outro. E esta “mediação pelo objeto” constitui o âmago do dom. Ele não é uma simples ação de uma pessoa sobre a outra, mas uma ação “mútua” que visa não só o estabelecimento, mas a manutenção da relação social.

Tudo se joga, porém, na maneira como se efetua a “mediação objetiva”. Uma condição fundamental impõe que os sujeitos do dom signifiquem mutuamente que a coisa dada não passa de um desvio, um suporte ocasional para significar o testemunho da relação. Quanto mais o objeto da mediação se revestir de um carácter acessório, residual, ocasional, tanto melhor sucedida será a operação de “sentido”, ou seja, melhor

³ O antropólogo Nicholas McDowell relata a cena do encontro duas tribos melanésias que não se conheciam. Ambas julgaram que estavam a tratar com monstros até que uma das tribos propôs uma dádiva à outra. Foi então que cada tribo reconheceu que a outra era formada por homens. Os “primeiros encontros” entre grupos humanos que não se conheciam foram sempre efetuados de forma idêntica: exteriorização e apresentação de uma coisa, simbolização e reconhecimento (cf. Haesler, 2002).

será a qualidade da relação, mais pessoal, irreversível e insubstituível será o vínculo social estabelecido.

Na relação de dom ocorre a experiência do reconhecimento mútuo, baseada em mediações simbólicas estabelecidas intersubjetivamente. Paul Ricoeur (2006) chama a este processo de mutualidade do dom, destacando nesta expressão o carácter imanente das trocas “*entre* os protagonistas da troca”. No âmago da relação de dom encontra-se uma dissimetria originária entre o eu e o outro, entre o doador e o donatário que é afirmada sem dissimulações e que não anula a mutualidade, antes a fundamenta e sustém. É no “entre” da expressão “entre os protagonistas da troca” que se concentra a dialética da dissimetria entre mim e outrem e a mutualidade das suas relações.

A dissimetria é o garante da preservação da alteridade e da própria relação de dom. Dissimetria que é afirmada duas vezes: outro é aquele que dá e aquele que recebe; outro aquele que recebe e aquele que retribui. No ato de receber e na gratidão que ele suscita essa dupla alteridade é preservada.

Na verdade, de acordo com Ricoeur (2006) a admissão desta dissimetria recorda o carácter insubstituível de cada um dos parceiros da troca; um não é o outro; trocam-se dons, mas não lugares; mais ainda: ambos são doares e donatários, pelo que sujeitos da relação sem subordinação de um em relação ao outro. Por outro lado, a dissimetria preserva uma justa distância no cerne do dom, que protege da união fusional e integra o respeito à intimidade.

A forma como no dom se estabelece a relação e o vínculo social influencia naturalmente a forma como se pensa a sociabilidade. O holismo e o individualismo metodológicos pensam a sociedade supondo um dos termos pré-existente e, portanto, transcendente em relação à realidade que gera. O holismo parte de uma totalidade social dada e sempre presente que se impõe aos indivíduos; o individualismo metodológico parte dos indivíduos separados e livres, reduzindo tudo ao simples efeito das decisões de cada um. O dom adota um ponto de vista radicalmente imanente e horizontal, considerando que indivíduo e totalidade social são mutuamente transcendentem e que o vínculo social e a construção da sociedade nasce do conjunto das inter-relações que ligam os indivíduos e os transformam em sujeitos propriamente sociais (Caillé, 2002).

Dom, generosidade, gratuidade e gratidão

A generosidade/ gratuidade / gratidão constituem a estrutura do dom, caracterizando-o como uma noção ética muito diferente em comparação, por exemplo, com a noção económica de troca.

Na tríade constitutiva do dom, dar-receber–retribuir, o primeiro termo funda o sistema, exprime o facto de o sistema ser livre ou indeterminado e revela que o dom é, em primeiro lugar, um dom! Dar constitui o gesto que inicia todo o processo. Refletir sobre ele significa colocar o dom na trilha da *generosidade* do primeiro dom que, mais do que suscitar ou exigir uma restituição, convida à resposta. Os inúmeros exemplos de dons generosos, como a doação de sangue e de órgãos e o voluntariado, só para dar dois exemplos comuns nos nossos dias, obrigam-nos a pensar a necessidade de ultrapassar uma conceção do ser humano enquanto um egoísta natural ou um sedento de poder. Teorias que se fixam de forma arbitrária no momento de receber e apresentam os indivíduos como movidos apenas pela expectativa desta receção, parecem esquecer um facto fundamental que a análise do dom revela: o desejo de dar é tão importante para compreender o ser humano como o de receber. Dar, transmitir, e retribuir são, pelo menos, tão essenciais como tomar, apropriar ou conservar. Ao *homo oeconomicus* contrapõe-se o *homo donator* (Godbout, 1997).

A generosidade é uma dimensão essencial na relação de dom e permite estabelecer uma ponte com o conceito de *agapè*, isto é, pensar que alguma coisa do “dar sem retribuição” da *agapè* acontece na prática do dom.⁴ Na senda da generosidade do dom é legítimo falar, em vez da obrigação de retribuir, em resposta ao apelo proveniente da própria generosidade do dom inicial. E colocado nestes termos, imana do dom a aceitação do risco racional de que pode não haver retribuição, o assumir da incerteza quanto ao retorno, mas, também, a construção de uma relação marcada pela confiança e liberdade entre os sujeitos. Generosidade e gratuidade, confiança e liberdade operam no interior do dom e marcam a natureza e a qualidade da relação ética que a partir dele se estabelece.

⁴ Na *agapè* há ausência de toda a ideia de equivalência que é, pelo contrário, fundamental no conceito de justiça. A *agapè* torna inútil a referência à equivalência uma vez que ignora a comparação e o cálculo. O modelo de “estado de paz” constituído pela *agapè* (expressão de Luc Boltanski) comporta uma generosidade que está também presente no dom fundador de todo o processo: a generosidade liberta das regras da equivalência que regem as relações de justiça - carácter unilateral da generosidade da *agapè* (cf. Paul Ricoeur, 2006).

De acordo com Comte-Sponville (1995), a generosidade é a virtude da dádiva e nela não se trata de “atribuir a cada um o que é seu” (justiça), mas de oferecer o que não é seu, é meu e que lhe faz falta. A generosidade exprime na relação eu-tu, não uma simples reciprocidade ou simetria exigida pela justiça, mas uma relação assimétrica, marcada pelo “excesso” do dom. Não se pode dar senão o que se possui e, portanto, a generosidade está associada à liberdade pessoal e autodomínio.

O tema da *gratuidade* é central na problemática do dom, mas também fonte de ambiguidades que encontram a sua raiz na interpretação do dom a partir do sistema mercantil dominante. De acordo com este modelo, a existência de dons gratuitos é uma mentira. Além disso, a constatação de que há retribuição no sistema de dom – dado posto em evidência por Marcel Mauss e objeto central de muitos estudos – conduziu à conclusão de que, ou o dom não é gratuito ou, sendo ele por natureza e definição gratuito, então não existe. Que sentido tem, pois, falar em “gratuidade” quando colocado em referência ao dom?

A gratuidade do dom expressa-se, desde logo, na existência de dons unilaterais, dons livres que não nascem do cálculo e não exigem retribuição (como a doação de sangue e órgãos, o voluntariado, o dom às crianças, entre casais e familiares, a herança...). Por outro lado, a gratuidade faz surgir qualquer coisa inesperada. O dom é sempre nascimento e conceção de algo que não estava previsto, uma “graça” que surge no “movimento da alma” em direção ao outro.

O dom é gratuito, espontâneo e, muitas vezes, unilateral. Mas se dar sem esperar retorno é a condição do dom, dar sem supor que o dom vá ser recebido e sem a esperança de uma resposta não faz sentido. O dom, embora dado gratuitamente, não pode ser pensado na ausência de desejos e de sentimentos. O desejo de criar ou alimentar uma relação está implícito em cada doação que a gratuidade do gesto não procura negar.

Porém, quando a retribuição existe, ela é desigual porque o dom não procura a igualdade ou a equivalência mercantil. O dom pede, sim, um contra-dom cujo valor depende da relação entre as pessoas; nele tudo está na forma e no gesto. O dom está inscrito num sistema diferente do mercado que permite vê-lo como um gesto gratificante tanto para aquele que o faz como para quem o recebe. Há, portanto, dons gratuitos no sentido de que, para quem os realiza, o gesto é totalmente satisfatório *em si mesmo* e sem necessidade de retribuição de tipo material. Resulta daqui outra

característica essencial: no dom há prazer. Prazer que está ligado à liberdade e reforça a ideia de ausência de constrangimento no dom, a marca do laço social.

O carácter que no dom autêntico marca a ação – daquele que dá e daquele que recebe e retribui – é a *liberdade*. A lógica do dom é uma lógica de profunda liberdade: o doador dá gratuitamente sem nenhuma obrigação e sem poder pretender um contra-dom; o donatário recebe livremente o dom e pode livremente decidir devolvê-lo.

No dom, quanto mais o doador tem a convicção de que o outro retribuiu sem obrigação, mais esse seu gesto adquire valor pois significa que o outro agiu fundamentalmente para alimentar a relação. O doador quer, em primeiro lugar, que a retribuição seja livre e, portanto, incerta. O dom é o palco onde se desenrola um laço social livre. Quanto mais o gesto do dom é vivido como incondicional, mais ele reforça o laço social quando é estabelecido.

Segundo P. Ricoeur (2006), no processo dar – receber - retribuir, receber constitui uma espécie de “plataforma giratória”, na medida em que a forma como o dom é aceite, suscitando ou não *gratidão* no donatário, determina o facto de este se sentir ou não obrigado a retribuir. Mais. A *gratidão* orienta a retribuição no sentido de uma generosidade igual à que suscitou o dom inicial. A *gratidão* recompõe a relação entre dom e contra-dom. Coloca de um lado o par dar-receber e do outro o receber-retribuir. Esta separação é na realidade uma inexatidão dupla: quanto ao valor e quanto ao prazo temporal. Sob o regime da *gratidão*, os valores dos presentes trocados são incomensuráveis em termos de custos mercantis; quanto ao tempo conveniente para retribuir, ele tampouco tem uma medida exata, marca da *agapè*, indiferente ao retorno, sob a troca de dons. A separação entre o par dar-receber e o par receber-retribuir é estabelecida e superada pela *gratidão* e estabelece a troca de dons sob o signo de uma ética da *gratidão*.

Referências bibliográficas

- Caillé, A. (2002). *Antropologia do Dom*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Comte-Sponville (1995). *Pequeno Tratado das Grandes Virtudes*. Lisboa: Editorial Presença.
- Godbout, J. (1997). *O Espírito da Dádiva*. Lisboa: Instituto Piaget.

- Gouldner, A. (1960). *The norm of reciprocity: a preliminary statement*. *American Sociological Review*, vol. 25, 2, 161-178.
- Haesler, A. (2002). A Demonstração pela dádiva. In Paulo Henrique Martins (Org.), *A Dádiva entre os Modernos, discussão sobre os fundamentos e as regras do social* (pp. 137-160). Petrópolis: Editora Vozes.
- Ricoeur, P. (2006). *Percurso do Reconhecimento*. São Paulo: Edições Loyola